

Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Senhores Acionistas: A administração da Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.) “Companhia”, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. O presente Relatório é o primeiro relatório financeiro anual da Companhia. Pelo contrário, referem-se ao exercício de 2020. **Mensagem da Administração:** A Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.), foi constituída em 20 de agosto de 2013 com o nome EIL03 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista. Em 12 de julho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração da razão social da Companhia para EIL03 S.A. para Holding do Araguaia S.A. Em 06 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$2.774.000 mediante a emissão de 2.774.000 ações ordinárias, sendo que a totalidade das ações emitidas foi adquirida pelo grupo econômico controlado pela Companhia. Em 10 de agosto de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$524.992.074,00 mediante a emissão de 524.992.074 novas ações ordinárias, sendo que 341.244.848 ações foram subscritas pela Ecovordões Participações e Serviços S.A. e 183.747.226 ações subscritas pela GLP X Participações S.A. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras. **Resultados Econômicos e Financeiros - Receita Bruta:** A receita bruta totalizou R\$19,5 milhões em 2021, sendo na sua totalidade receita de construção da controlada direta Eco-

Balço Patrimonial Levantado em 31 de dezer				
	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	11.679	-	403.630
Aplicações financeiras.....	6	813	-	28.363
Partes relacionadas.....	14	-	-	73
Impostos a recuperar.....		103	-	2.686
Despesas antecipadas.....		-	-	1.361
Dividendos a receber.....		182	-	-
Outros créditos.....		-	-	3.605
		<u>12.777</u>	<u>-</u>	<u>439.738</u>
Não Circulante				
Outros créditos - conta reserva ANTT - Ecovias do Araguaia.....	7	-	-	1.072.617
Investimentos.....		-	-	-
Em controladas.....	8	1.976.926	-	-
Imobilizado.....	9	-	-	2.086
Intangível.....	10	-	-	1.578.231
		<u>1.976.926</u>	<u>-</u>	<u>2.652.934</u>
Total do Ativo.....		<u>1.989.703</u>	<u>-</u>	<u>3.092.672</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/21	31/12/2020
Prejuízo do Exercício	(13.658)	-	(13.658)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total so Exercício	(13.658)	-	(13.658)	-

As ações replicativas são parte integrante dos demonstrativos financeiros.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		3	(4)	(1)
Prejuízo do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		3	(4)	(1)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		3	(4)	(1)
Aporte de capital		612.880	-	612.880
Prejuízo do exercício		-	(13.658)	(13.658)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		612.883	(13.662)	599.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores em milhares de reais)

1. Informações Gerais

o Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de agosto de 2013 com o nome EIL03 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou controladora. A Sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conjunto 31/32, no bairro de São José, no município de Anápolis - GO, inscrita no CNPJ nº 16.111.270/0001-00. Valores. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Companhia e sua controlada. Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Rua Coronel Batista, 451, 8º Andar, Sala 801, Centro, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 com o nome EIL02 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou controladora. Extraordinária deliberou a exploração do objeto social sendo específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/141/080/TO GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2011 e o Tópicos de Arrolamento e Transferência de Bens firmados em 01 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16 (b). A controlada possui algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio, prevista para o início em outubro de 2022. Dentre elas, destacam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a fumaça e apreensão de animais na via de domínio; e (ii) obras com 12 meses de prazo para início da implantação. O prazo de 2 pontos de acesso a cada 10 km de rodovia, e o início dos trabalhos iniciais que incluem diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realiza as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autoriza o início da cobrança de pedágio. Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., analisou e se manifestou favoravelmente a estas obrigações. **Impactos Covid-19:** A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos. As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução da pandemia. A Administração também realizou o teste de *impairment* (vide Nota Explicativa nº 10) e a administração não identificou impacto nos resultados. Adicionalmente, a administração não identificou outros potenciais efeitos nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais relativas à informação financeira (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem-se seu custo ajustado para refletir a mensuração do valor justo dos ativos emitidos para venda sob demanda e para ser usado para a entrega de uma obrigação financeira justo no momento da avaliação.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.2.2. **Base de consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou a direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades financeiras da investida para obter os melhores resultados econômicos para a Companhia, sendo ela domiciliada no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3. A seguir está apresentada a participação na controlada:

Controladora direta:	31/12/2021	31/12/2020	Objetivos principais
Concessionária Ecovias	100%	Exploração da Concessão da Rodovia BR-153/A-080/TO/GO.	
Descrição dos principais procedimentos de consolidação:	As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada direta mencionada na Nota Explicativa nº 8, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes: • Eliminação dos saldos das contas e ativos e passivos entre empresas consolidadas; • Eliminação da participação nos lucros e prejuízos e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação; e • Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. 2.3 Contratos de Concessão: Concessionária Ecovias de Araguaia, S.A., monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/A14/080/TO/GO, composto pelos trechos da (I) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis), (II) BR-153/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO (GO/324) e o entroncamento com a BR-153/GO-222 (GO/324) e (III) BR-153/GO, de 87,7 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até outubro de 2056. 2.4 Companhia social e moeda de apresentação: A entidade em questão é uma sociedade financeira. A moeda social é o real brasileiro e a moeda de apresentação é o real brasileiro. A moeda funcional é o real brasileiro. A moeda de apresentação do Grupo.		

3. Principais Práticas Contábeis

[illegible]

da obra da Araquá. **Receita de Construção:** R\$19,5 milhões em 2021, devido às obras contratuais inicialmente realizadas no exercício. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$32,0 milhões em 2021. Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos acima atingiram R\$12,4 milhões. **Pessoal:** R\$2,6 milhões em 2021, devido aos custos com contratos de prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa, de engenharia, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS, pelos custos com Assessoria jurídica e consultoria. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$3,5 milhões em 2021, principalmente devido aos custos de verbas de fiscalização para ao Poder Concedente na controladora da Ecovias da Araquá. **Outros:** R\$8,8 milhão em 2021 impactado pelos custos iniciais pré-operacionais com materiais de consumo, custos fixos e custos com passagens e hospedagem. **Depreciação e Amortização:** R\$10,6 milhões em 2021, devido aos custos com depreciação e amortização de hardware e software utilizados na controladora Ecovias Araquá. **Custo de construção de obra:** R\$19,5 milhões em 2021 em função do cronograma de obras iniciado no período de acordo com o contrato de concessão da Ecovias da Araquá. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 18 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBIDA e Margem EBIDA:** Em 2021, a EBIDA totalizou -R\$12,4 milhões. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$7,0 milhão, impactado principalmente pelos encargos financeiros sobre os financiamentos e debêntures e pela capitalização dos juros sobre o endividamento. Para mais informações sobre o resultado financeiro líquido, vide Nota Explicativa nº 19 da Demonstração Financeira da Companhia. **Disponibilidade Financeira:** A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo em caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e divida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo

Resultado de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante				
Fornecedores		365	-	8.981
Débitos	13	12.622	-	12.622
Obrigações sociais		10	-	1.555
Imposto e Contribuições a recolher		37	-	963
Partes Relacionadas	14	-	-	5.670
Obrigações com Poder Concedente	16	-	-	914
Provisão para construção	15	-	-	876
		13.034	-	31.591
Não Circulante				
Débitos	13	1.377.448	-	1.377.448
Obrigações com Poder Concedente	16	-	-	1.072.617
Provisão para construção	15	-	-	11.114
Partes relacionadas	14	-	1	-
Outras contas a pagar		-	-	681
		1.377.448	1	2.461.860
Patrimônio Líquido				
Capital social	17	612.883	3	612.883
Prejuízo acumulado		(13.662)	(4)	(13.662)
Total do patrimônio líquido		599.221	(1)	599.221
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.989.703	-	3.092.672

ante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receitas				
Com construção	-	-	19.493	-
			19.493	
Receitas Adquiridas de Terceiros				

Costo de los servicios prestados	(24.070)
----------------------------------	----------

Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(843)	(15.005)	-
Valor Adicionado Bruto	(843)	(9.591)	-
Depreciação EeAmortização	-	(116)	-
Outras	-	-	-
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	(843)	(9.707)	-
Valor Adicionado Recebido em Transferência	-	-	-
Recursos financeiros	591	-	14.077
Equivalência Patrimonial	769	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	517	4.370	-
Distribuição do Valor Adicionado	517	4.370	-
Pessoal	58	-	2.595
Remuneração direta	58	-	2.266
Benefícios	-	-	216
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	113
Impostos, taxas e contribuições	-	-	411
Federais	-	-	411
Municipais	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	14.117	-	15.022
Juros	(14.668)	-	(14.668)
Aluguel	-	-	244
Outros efeitos financeiros	28.785	-	29.446
Remuneração de capitais próprios	(13.658)	-	(13.658)
Prejuízo do exercício	(13.658)	-	(13.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

o balanço financeiro reconhece a receita de juros aplicado a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução de valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Recitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 20). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa quanto pela venda do ativo. Quando o ativo financeiro é aplicado a este critério, o ativo é mensurado ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descalços contábeis. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo em vista a avaliação de ativos financeiros, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável quando há um impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são subsequentemente classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação financeira recebida sob uma obrigação de longo prazo, (ii) uma obrigação de longo prazo ou obrigação designado ao valor justo por meio do resultado. Contratos de swaps financeiros: Os contratos de swaps de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia de swap financeiro são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação, e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Quando o passivo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado, a base na qual o valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação por devogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é considerada uma extinção de um passivo financeiro. Quando a extinção de um passivo financeiro difere dos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado, a diferença é reconhecida no resultado. (b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o balanço financeiro contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias operacionais, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, a perda é reconhecida no resultado. Quando o balanço financeiro contábil líquido dos ativos não é recuperável, o seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos não recuperáveis: Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível de grupo de ativos intangíveis. Quando o balanço financeiro contábil líquido dos ativos intangíveis exceder o valor recuperável, a perda é reconhecida no resultado. Ativos tangíveis: Ativos tangíveis são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível de grupo de ativos tangíveis. Quando o balanço financeiro contábil líquido dos ativos tangíveis exceder o valor recuperável, a perda é reconhecida no resultado. Quando o balanço financeiro contábil líquido dos ativos tangíveis exceder o valor recuperável, a perda é reconhecida no resultado. Quando o balanço financeiro contábil líquido dos ativos tangíveis exceder o valor recuperável, a perda é reconhecida no resultado. Quando o balanço financeiro contábil líquido dos ativos tangíveis exceder o valor recuperável, a perda é reconhecida no resultado.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IFRS 3 - Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações contra o escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 - Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não aparecer os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.	A administração da Companhia está avaliando o impacto da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 16 - Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são representados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; A alteração prevê medida adicional para uma controladora que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controladora que usa a isenção contida na IFRS 1-D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar estará disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1-D16(a). IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 - Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 estabelece um princípio geral, a nova coligada ou joint venture de vigência é definida. IAS 41 - Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas - IFRS 28 (alterações) (a data de vigência ainda não foi definida pela IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações)	As alterações à IFRS 10 (CPC36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma coligada que não são relevantes quando a consideração em conjunto com outras informações incluídas na demonstração financeira da entidade são reconhecidos no resultado da controlada apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma entidade controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 10 e IAS 28 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 17 - Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecer, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Seguros (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 - Classificação de ativos como Circulantes ou Não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada). Alterações a Declaração Prática 2 da IFRS (não apresenta uma data de vigência ou exigências de transição)	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes quando a consideração em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras da entidade puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionada a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 1 e IFRS Declaração da Prática e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Continua



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA: A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://diariodenoticias.com.br/index.php/pt/newspaper>

